

ADEMARISMO: A CONSTRUÇÃO IBESPIANA DO CONCEITO POPULISMO

FABIANE COSTA OLIVEIRA¹

A discussão em torno do ademarismo passa pelo debate da produção historiográfica acerca do tratamento da história do conceito populismo. No concernente ao interesse próprio à história desse conceito, pode-se avaliar que estudos desse tipo apenas começaram a ser elaborados muito recentemente. O primeiro a enfrentar esse desafio foi Rubem Barbosa Filho, tendo seu trabalho de mestrado finalizado em 1980 com o título *O populismo: um balanço teórico*. Ele analisou as raízes teóricas do conceito populismo a partir da teoria das sociedades de massa – indivíduos atomizados, desprovidos de virtude cívica. Ao propor a vinculação em questão, Barbosa Filho objetivava elucidar os limites para a realização da democracia liberal na América Latina. Depois deste autor, a partir dos anos de 1990, vimos emergir, no interior do debate historiográfico, trabalhos que buscaram enfrentar o desafio de trazer ao debate a história do conceito populismo nas ciências sociais no Brasil. Dentre esses, citam-se: Ângela de Castro Gomes, em seu artigo *O populismo e as Ciências Sociais no Brasil* (1996); o texto de Jorge Ferreira, intitulado *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira* (2001); a dissertação de João Marcelo Ehlert Maia, defendida em 2001, com o título *A história de um conceito: o populismo no Brasil*. Ao propor identificar e delinear as principais propostas elaboradas na literatura brasileira sobre o populismo, Ângela de Castro Gomes foi a primeira a apresentar os ibespianos como os primeiros nas ciências sociais a dedicarem-se à construção de análises a respeito da estrutura do poder nacional, tendo como matéria de interesse o estudo do fenômeno populismo.

No Brasil, a partir dos anos de 1950, o fenômeno populismo tornou-se matéria de reflexão nas ciências sociais. Como categoria explicativa, este fenômeno ora assumiu a forma de estilo de governo, ora de política de massa, ora de regime político. Seja como for, um elemento mostrou-se presente em todas essas formulações: a capacidade inquestionável do carisma de certas lideranças de promoverem a mobilização de massas populares. Por ser o fenômeno populismo complexo e de difícil

¹ Professora do curso de graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca, e doutoranda em História pela Universidade de Brasília (UnB).

qualificação político e ideológico, os estudiosos do mesmo estabeleceram um tratamento histórico para examiná-lo. Enquanto conceito, o populismo foi construído historicamente para expressar processos que resultaram da superação dos regimes oligárquicos (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002: 70). Nesse sentido, o fenômeno em questão tornou-se uma noção explicativa da política brasileira de 1930 a 1964. Nas palavras de Jorge Ferreira (2001: 7), “1930 seria o início do ‘populismo na política brasileira’; 1945 marcaria rearranjos institucionais que teriam permitido a sua continuidade na experiência democrática; 1964, finalmente, significaria o seu colapso.”

O interesse pelo populismo não se limitou ao meio acadêmico. O mesmo fez-se presente na imprensa, nos pronunciamentos dos chamados políticos profissionais, na fala cotidiana da população. Pode-se, com isto, afirmar que muitos, dentro e fora da universidade, arrogaram-se o direito de atribuir sentido a expressão populismo. Este sentido assumiu de imediato uma imagem desmerecedora e negativa de um tipo particular de conduta política, associada a personagens políticos mentirosos e enganadores, que, em período eleitoral, prometeriam tudo e nada cumpririam. Em decorrência desta imagem, não é raro nos depararmos, no campo político, com discursos que visam produzir associações entre o adversário político e a prática populista como mecanismo deslegitimador da força política de seu oponente. Contudo, o uso dessas associações não se restringe ao espaço da política ordinária. A imprensa também (ab)usa desta associação com o objetivo de promover a desqualificação da conduta política do personagem, dirimindo, assim, seu potencial mobilizador. Diante do exposto, quer-se por em destaque o fato de que, mesmo com as mudanças de caráter teórico relacionadas ao populismo, este fenômeno, ao longo do tempo, assumiu, em nossa cultura política, a caracterização do mal e, por isto, deve ser evitado.

Posto isto, cabe a este ensaio a tarefa de trazer ao debate uma das primeiras formulações em torno do conceito populismo, realizado pelos integrantes do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), através da revista *Cadernos de Nosso Tempo*. O interesse em torno desta formulação reside na construção de uma imagem negativa do fenômeno populismo, expressa por intermédio do que os ibespianos chamaram de ademarismo. Este termo fora concebido a partir da crítica ibespiana à prática política do paulista Ademar de Barros, tida como uma expressão brasileira do populismo. O conceito, assim, emerge como construção teórica, elaborada

por intelectuais preocupados em compreender fenômenos da realidade social de um determinado momento.

Para o tratamento do objeto em questão, o texto será organizado em dois momentos. Primeiro, buscar-se-á trazer ao debate a formulação ibespiana em torno do conceito populismo, apresentada no artigo *Que é o ademarismo?*. Objetiva-se apresentar este conceito ibespiano como manifestação política das massas. Parte-se da hipótese de que as críticas ao populismo visavam deslegitimar a ação ademarista, ao mesmo tempo que defendiam o nacionalismo como alternativa desenvolvimentista a este fenômeno de massa. Por último, tratar-se-á do lugar destinado pelos ibespianos à política varguista no interior da reflexão do fenômeno populismo. A pertinência desta discussão reside na frequente caracterização do populismo latino-americano tanto como fenômeno político que se notabilizaria pelo “carisma” de certas lideranças políticas do continente quanto como ideologia ou movimento social específico, promotor da mobilização das massas populares de forma difusa e instrumental (AGGIO, 2003). É inegável o fato de Getúlio Vargas enquadrar-se nesta caracterização. Afinal, a força de seu carisma possibilitava fazer dele a um só tempo “povo e patriciado”. Com isto, a figura política de Vargas conseguia integrar elites e massas numa comunicação “direta e afetiva”, sem intermediários (GOMES, 1998: 527). Para o debate em torno dessa questão, parte-se do pressuposto que a construção ibespiana de Vargas como defensor do nacional-desenvolvimentismo exigiu um esforço, por parte desses intelectuais, no sentido de negar a vinculação da prática política dessa liderança com o fenômeno populismo. Dito isto, passa-se à discussão do primeiro tópico.

Os primeiros passos de alguns dos intelectuais que organizaram o IBESP foram dados no agrupamento que ficou conhecido como *Grupo de Itatiaia*. O grupo em questão foi idealizado por Helio Jaguaribe, Israel Klabin, Jorge Serpa Filho, Roland Corbisier e Oscar Lorenzo Fernandes. Eles se aproximaram, por volta de 1949, com o propósito de debaterem temas relativos à cultura brasileira. As sínteses de suas reflexões eram divulgadas pelo suplemento cultural *Quinta Página*, do *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), de responsabilidade editorial de Helio Jaguaribe. Durante os encontros promovidos para a formulação dos textos a serem publicados na imprensa jornalística, esse grupo acabou por reivindicar para si uma atuação mais expressiva na sociedade.

Dizendo-se inconformados com a realidade brasileira, esses cientistas

sociais decidiram-se por incitar alguns conhecidos e amigos a formar um grupo de estudos que se proporia a discutir os problemas de sua época. A discussão dos eventuais problemas nacionais tinha por desígnio a formulação de propostas públicas tidas como adequadas à ultrapassagem do estágio de subdesenvolvimento em que consideravam estar o país. Assim, em agosto de 1952, surgiu o *Grupo de Itatiaia*, constituído por intelectuais cariocas e paulistas.² Eles passaram a se reunir todo último final de semana de cada mês no Parque Nacional de Itatiaia, localizado entre o Rio de Janeiro e São Paulo, valendo-se de auditório e acomodações cedidos pelo Ministério da Agricultura.³

Após alguns encontros, os integrantes do *Grupo de Itatiaia* começaram a vislumbrar o caminho da institucionalização, deixando de lado a informalidade com que seus trabalhos eram executados. O plano da institucionalização foi posto em execução a partir do empenho quase que exclusivo dos intelectuais cariocas. Pois, divergências internas a esse grupo, provocadas em decorrência de visões de mundo díspares, resultaram na saída da maioria dos paulistas, permanecendo apenas Roland Corbisier. Apontada como pivô da diluição do *Grupo de Itatiaia*, a heterogeneidade de opiniões e de visões de mundo característica desse grupo se deu pela junção de indivíduos de trajetórias política e intelectual de bases muito diversas. O que unia esses indivíduos era o objetivo comum de se associarem ao Estado na direção dos negócios públicos. Na concepção desses intelectuais, a posição por eles reivindicada de intérpretes da estrutura do poder os preparava para intervir na realidade sócio-político-econômica de seu país. Assim, como fruto direto dessa heterogeneidade nasceu o IBESP. O ano de 1953 marcou o empenho dos remanescentes do *Grupo de Itatiaia*, sobretudo de Helio Jaguaribe, em transformar o então grupo de estudos em um grupo de intelectuais

² Cândido Mendes de Almeida (2000), anos depois de sua participação no *Grupo de Itatiaia*, atribuiu a esse grupo de estudos a condição de aglutinador dos descontentes naquela ocasião com o saber universitário formal, de São Paulo como do Rio de Janeiro, com destaque para a USP (Universidade de São Paulo). A mesma proposta de intervenção intelectual que conquistou dois uspianos, Roland Corbisier e Almeida Salles, para o núcleo de discussão do *Grupo de Itatiaia*, gerou a reprovação de um número significativo de intelectuais pertencentes à mesma instituição de ensino superior. Reprovação que se repetiu tanto para o IBESP quanto para o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) – instituições criadas a partir do grupo de estudos.

³ Ademais de seus idealizadores, o *Grupo de Itatiaia* contou com as participações dos cariocas Rômulo de Almeida, Cândido Mendes de Almeida, Inácio Rangel, Alberto Guerreiro Ramos, Ottomy Strauch, Moacyr Felix de Oliveira, Ewaldo Correia Lima, e dos paulistas Miguel Reale, Almeida Salles, Paulo Edmar de Souza Queiroz.

pautado pela definição de um projeto político próprio.⁴ Essa proposta conquistou novas adesões para o IBESP⁵, entre as quais cita-se a entrada de Nelson Werneck Sodré nesse instituto em 1955.⁶ A formação do IBESP foi marcada pela organização da revista *Cadernos de Nosso Tempo*⁷, principal meio de divulgação das reflexões e dos projetos políticos ibespianos.

A leitura de textos publicados na revista *Cadernos de Nosso Tempo* permitiu o conhecimento do artigo *Que é o ademarismo?*, escrito no ano de 1954 e apresentado sem a identificação do autor, o que permitiu inferir que o mesmo assume autoria institucional. Neste ensaio, os ibespianos deixam transparecer certa inquietação diante do sucesso alcançado pela prática política de Ademar de Barros, fundada no apelo pessoal. Esta inquietação levará esses intelectuais a elegerem a figura do referido político com o propósito de divisarem as causas do fenômeno populista. No artigo em destaque, os ibespianos buscaram explicar esse fenômeno a partir da problematização das razões pelas quais Ademar de Barros teria se tornado um candidato com potencial para concorrer às eleições presidenciais de 1955, após ser derrotado na disputa pela

4 A condição institucional não acarretou, logo de imediato, mudanças substanciais quanto à procedência dos financiamentos de seus trabalhos, os quais eram postos em execução graças à verba pessoal dos membros do Instituto. Por essa razão, intelectuais ligados ao IBESP se viram obrigados a buscar outras alternativas de financiamento, tidas como imprescindíveis à ampliação e à realização de seus projetos. Assim, laços pessoais existentes entre membros desse instituto e Anísio Teixeira, então secretário-geral da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), favoreceram a consolidação de um convênio entre essas duas instituições, em 1954. A partir desse convênio o IBESP passou a receber subvenções da CAPES.

5 Destacam-se: Carlos Luis Andrade, Fábio Breves, Heitor Lima Rocha, Hermes Lima, João Paulo de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Jorge Abelardo Ramos e Juvenal Osório Gomes.

6 De acordo com Simon Schwartzman (s/d), esses intelectuais de formação e trajetórias tão diferenciadas estiveram unidos em torno da defesa de *valores* comuns, dos quais nomeou: 1) a preocupação com o subdesenvolvimento brasileiro; 2) a busca de uma posição internacional de não alinhamento e de “terceira força”; 3) um nacionalismo em relação aos recursos naturais do país; 4) uma racionalidade maior da gestão pública; 5) maior participação de setores populares na vida política. A defesa desses *valores*, como o autor assim preferiu chamar, tornou evidente a disposição desses intelectuais em participar de forma efetiva nos negócios do Estado.

7 Criada no mesmo ano de fundação do IBESP, o título a ela conferido havia sido, poucos anos antes, mais precisamente em 1951, adotado para dar nome a um livro de ensaios organizado por Helio Jaguaribe e Jorge Serpa. Depois de publicar cinco números, a revista *Cadernos de Nosso Tempo* finalizou suas atividades no ano de 1956. A data de sua interrupção chama atenção pelo fato de dar indicativos de que essa revista foi, ainda que por um curto período, espaço referencial de divulgação de artigos de um grupo de intelectuais que na ocasião se encontravam vinculados a um outro instituto, o ISEB. Esse instituto foi o resultado da mudança da condição do IBESP de instituição privada para instituição pública, em 1955. A partir desta constatação, concluiu-se que os então ibespianos, antigos ibespianos, enxergaram na manutenção da tiragem de *Cadernos de Nosso Tempo* o modo pelo qual continuariam circulando suas ideias e projetos, sem, com isto, colocar em risco o lugar por eles conquistado no meio intelectual, até a afirmação do grupo no recém criado instituto.

Prefeitura de São Paulo no pleito de 1953. A essa força política em marcha deram o nome de *ademarismo*, avaliada pelos ibespianos como reacionária na medida em que buscava, internamente, o fortalecimento da burguesia mercantil e, externamente, o estreitamento da subordinação econômica e política do Brasil ao imperialismo americano.

Tido pelos ibespianos como um “fenômeno político recente e muito pouco estudado” (IBESP, 1954 in SCHWARTZMAN, s/d: 23), o populismo foi por eles definido como uma manifestação política das massas. Dentro da concepção ibespiana, a massa não era uma classe, nem uma aliança ou articulação de classes, muito menos um conjunto de classes. Para eles, as massas eram um fenômeno de objetivação social, no qual seus membros não lograram atingir a consciência e o sentimento de classe. Diante do exposto, fica evidente que as massas assumem para os ibespianos uma forma negativa. Afinal, a incapacidade de atingirem a consciência e o sentimento de classe tornava-as suscetíveis à manipulação empreendida pela ação política da liderança carismática. Nesse sentido, os ibespianos, sob a influência de Ortega y Gasset, avaliam as massas como perigosas por si mesmas. E essa condição atribuída às massas, combinada com o apelo pessoal do político profissional, conferem ao populismo um princípio inibidor dos mecanismos de superação do subdesenvolvimento.

Concebido como fenômeno político característico das massas, o populismo/ademarismo, de acordo com afirmativas dos integrantes do IBESP, apenas insurgiria, por isto, da conjugação de três condições essenciais. Em primeiro lugar, os ibespianos julgavam imprescindível a ocorrência, em uma dada sociedade, do processo de massificação decorrente da proletarianização dos trabalhadores. Em segundo lugar, viram como obrigatório que a *classe dirigente* (classe detentora do poder político) perdesse sua representatividade, ou seja, sua capacidade de dirigir o processo social de maneira a atender e a satisfazer a um mínimo das necessidades dos diversos estratos da sociedade. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a *classe dirigente*, convertida em *classe dominante* (classe detentora do poder econômico), perderia, igualmente, seu poder criador e sua exemplaridade, deixando, assim, de criar os valores e os estilos de vida orientadores da conduta média da sociedade. Satisfeitas essas duas condições mais amplas, os ibespianos apontaram um terceiro elemento para completar o ciclo: o aparecimento de um líder populista. Esse líder estaria carregado de

um especial apelo às massas, apto, portanto, a mobilizá-las politicamente de modo a conquistar o poder. Para esses intelectuais, o potencial do apelo exercido por um líder populista sobre as massas era proporcional ao seu apelo carismático. Nas palavras do ibespianos:

[...] Esse carisma de massas, que cabe denominar de “populidade”, consiste, essencialmente, numa capacidade de mobilizar os homens-massa – quer pertençam aos estratos proletarizados da sociedade, nos quais se originou a massificação, quer aos estratos superiores, atingidos pela massificação superestruturária – para fins político-sociais que representam a realização das aspirações psico e sócio-institivas dos homens-massa, constituem objetivos em si mesmos e imediatamente atrativos, dentro de uma ordem de valores imanente ao tipo psicossocial dos homens-massa e em virtude, no que se refere ao líder populista, do fato de os homens-massa reconhecerem nele o seu mesmo tipo psicossocial do homem-massa. (IBESP, 1954 in SCHWARTZMAN, s/d: 27).

Na prática, qual seria então a estratégia comumente adotada por um homem da política com vista a preservar-se junto às massas na condição, sem maiores exageros, de sua única liderança? Os ibespianos resolveram esta questão por meio da diferenciação entre as formas de fazer política de Ademar de Barros – principal nome do PSP (Partido Social Progressista)⁸ – e dos políticos do PSD (Partido Social Democrático) – maior agremiação do sistema partidário brasileiro do início dos anos de 1950. Essa diferenciação se deu nos seguintes termos: a estratégia política de Ademar de Barros distinguia-se daquela seguida pelos pessedistas na medida em que incorporava à sua prática o apelo emocional. Ou seja, enquanto os pessedistas pautavam-se pela estratégia de articular os chefes políticos estaduais, que, por sua vez, articulavam os chefes locais, por caber a estes o contato direto com os eleitores, Ademar de Barros buscava pessoalmente exercer influência sobre seu eleitorado. Apesar de pessoal, a influência de chefes políticos populistas, quando exercida, ocorria por via remota, ou seja, por meio da popularidade de sua pessoa. Os ibespianos concluíram, então, que no populismo, e em particular no ademarismo, o político que se colocava como liderança das massas assumia a responsabilidade direta de conquistar o eleitorado. Ao partido do líder populista, caberia as tarefas de organizar esse eleitorado, proporcionando-lhe facilidades, ou mesmo proteção, a fim de que permanecesse fiel ao chefe político e

⁸ Criado em 1946, o PSP nasceu da fusão de três micro-agregações: PRP (Partido Republicano Paulista), de Ademar de Barros; PPS (Partido Popular Sindicalista), de Miguel Reale; e PAN (Partido Agrário Nacional), de Rolim Teles. Ao contrário das três grandes agregações (PTB, PSD e UDN), o PSP foi um partido com uma base eleitoral muito concentrada regionalmente. No estado de São Paulo, o PSP era o partido politicamente dominante.

puдesse, oportunamente, votar de acordo com suas instruções. Diante do exposto, os ibespianos apresentaram a seguinte conclusão:

[...] enquanto os chefes pessedistas dependem do jogo partidário e seu êxito está intimamente ligado à eficácia de sua máquina eleitoral, o Sr. Ademar de Barros é quem dá ao seu partido substância política, motivo pelo qual, em lugar de depender do partido, tem o partido na sua completa dependência e assim pode exercer uma autoridade pessoal e ilimitada que nenhum outro chefe político – salvo, talvez, o Sr. Getúlio Vargas – está em condições de exercer. (IBESP, 1954 in SCHWARTZMAN, s/d: 24).

Conforme comentários de Jorge Ferreira (2001) e de Ângela de Castro Gomes (1996; 2001), os ibespianos foram os precursores do debate intelectual a respeito do populismo na política brasileira. A análise crítica desse fenômeno político de massas se efetivou como parte do interesse desses intelectuais em traçar um projeto de dimensões sócio-político-econômico, tido como capaz de provocar o desenvolvimento nacional. Assim, à valorização do suposto novo (nacionalismo) seguiu a crítica ao considerado velho (populismo). Amparados pelo discurso da insígnia do novo, os ibespianos apresentaram um projeto político fundado na prática política nacionalista. O nacionalismo fora apresentado, portanto, como alternativa ao populismo e às propostas encaminhadas pelo Partido Comunista. No concernente a este último ponto, os ibespianos, em texto intitulado *Três etapas do comunismo brasileiro*, trouxeram uma avaliação pessimista das influências que o PCB exercia na vida política do Brasil. A formulação dessa avaliação esteve fundamentada na defesa do capitalismo como única via capaz de processar o desenvolvimento nacional. Assim, a incompatibilidade entre o apelo ibespiano ao capitalismo e a identificação do PCB com o socialismo fez com que este surgisse aos olhos daquele como força retardatária do crescimento de seu país. Nas palavras dos ibespianos:

[...] a menos que suas deficiências e seus erros anteriores sejam rapidamente sanados – o que a esta altura parece bem difícil -, a sua influência será progressivamente negativa pelos ônus crescentes que acarretarão às forças que lutam de maneira autônoma pelo desenvolvimento nacional – desenvolvimento, acentue-se de passagem, que deverá processar-se ainda dentro dos limites estruturais e institucionais do capitalismo, embora que de um capitalismo cada vez mais “socializado”, vale dizer, propriamente, de um regime capitalista cada vez mais coletivizado, ou seja, de um regime dotado dos meios materiais e institucionais destinados a produzir uma aceleração funcional e adequada aos processos de acumulação, concentração e centralização de capitais, que constitui a missão histórica a ser realizada pelo capitalismo no Brasil. (IBESP, 1954 in SCHWARTZMAN, s/d: 20-21).

Dentro da concepção desenvolvimentista dos ibespianos, uma vez defendidas e mantidas as bases da economia capitalista, caberia ao nacionalismo (tido

como única política capaz de conduzir países de economia dependente como o Brasil à emancipação) a realização de duas tarefas. A primeira delas era a de possibilitar as massas condições favoráveis para que estas não mais optassem por soluções demagógico-assistencialistas. A segunda, a de apontar meios adequados para completar a “maioridade econômica” (LIMA, 1955 in SCHWARTZMAN, s/d), alcançada, unicamente, via industrialização crescente do País. De acordo com os ibespianos, o sucesso da aplicação da política nacionalista dependia, por um lado, do grau de comprometimento dos brasileiros na condução da economia nacional e, por outro, da eficácia da ação interventora do Estado na economia. Quanto a esse último aspecto, julgavam ser de responsabilidade do Estado as tarefas de instalar indústria de base, explorar fontes de energia e combustível, bem como tornar progressista a estrutura agrária. Para os ibespianos,

[...] a interferência do Estado no domínio econômico não significa necessariamente estatização de atividades econômicas, mas, antes de tudo, uma direção geral normativa através de adequado conjunto de medidas promocionais do desenvolvimento. Não se trata de socialismo. Não se trata de repúdio ao capital estrangeiro. (LIMA, 1955 in SCHWARTZMAN, s/d: 80).

De modo algum, a valorização do que se apresentava como nacional se traduziu em repúdio ao capital e técnica estrangeiras. Para esses intelectuais, a incorporação de recursos provenientes de outros países se colocava como uma possibilidade, desde que o uso destes não representasse ameaça a superação do atraso econômico brasileiro.

O encerramento deste ensaio exige o tratamento de uma última questão: o lugar destinado pelos ibespianos a Getúlio Vargas no interior do debate sobre o fenômeno populismo. O texto *Que é o ademarismo?* foi escrito antes do suicídio de Vargas e, portanto, em meio à crise política de seu governo, agravada pela oposição implacável da UDN (União Democrática Nacional). Ao longo da leitura, fica evidente que, apesar de Ademar de Barros ter sido um dos interventores de Vargas em São Paulo, durante o Estado Novo, os ibespianos esforçam-se para diferenciá-los quanto à prática política. E, para tal, promoveram um silenciamento no tocante a essa vinculação⁹.

⁹ Os ibespianos apenas fazem referência à carreira política de Ademar de Barros após os anos de 1950. Nota-se, portanto, um silenciamento proposital das ações políticas desse personagem no período anterior a 1953, quando o mesmo concorreu à Prefeitura de São Paulo. Fica evidente, com isto, a construção de uma memória sobre a conduta política de Ademar de Barros desvinculada do governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo.

Embora Ademar de Barros tivesse participado da Revolução Constitucionalista de 1932 e sido eleito deputado estadual pelo PRP (Partido Republicano Paulista) em 1934, foi com Getúlio Vargas que ele ganhou projeção política estadual e nacional quando da ocupação do cargo de interventor do Estado de São Paulo, entre os anos de 1938 a 1941. A indicação de Ademar de Barros ao cargo de interventor estadual pode ser entendida como parte da estratégia de Vargas de não se opor às oligarquias estaduais, porém, optando por nomes sem expressão no interior das elites. Segundo os autores Aggio, Barbosa e Coelho (2002: 124),

[...] Ademar correspondia à perspectiva do regime estadonovista de bloquear a ação das lideranças tradicionais de São Paulo. Em outras palavras, Vargas esperava que nomeando um desconhecido para a direção dessa unidade da federação, pudesse neutralizar a força política da poderosa elite paulista, consolidando sua ascendência pessoal no Estado.

Todavia, a estratégia utilizada por Vargas teve efeito inesperado. Ademar de Barros conseguiu obstar a influência dos chefes políticos tradicionais, conseguindo, com isto, estabelecer-se como a maior liderança política estadual. Para tanto, demitiu todos os prefeitos, optando por nomear políticos desprovidos de vinculações com os setores tradicionais paulista. Esta tática gerou um ganho inquestionável à política ademarista: ele obteve a subordinação direta dos novos dirigentes municipais à sua pessoa (Aggio, Barbosa e Coelho, 2002). Note que Ademar de Barros utilizou-se de métodos bem parecidos com os praticados por Vargas quando da nomeação de seus interventores. Mas as aproximações entre essas duas figuras políticas não param por aí. Nas palavras de Aggio, Barbosa e Coelho (2002: 123),

A imagem de líder popular construída por Adhemar de Barros se aproximou, em muitos aspectos, daquela criada em torno de Getúlio Vargas. Embora possuidores de estilos diferentes, ambos personificaram a figura do homem dinâmico, atento aos reclamos de modernização dos novos tempos, mas também comprometido com o amparo às classes subalternas, a quem o Estado deveria dedicar-se como um “pai”.

Em meio há tantas semelhanças, duas diferenças se sobressaem. Em primeiro lugar, fica evidente que enquanto a liderança de Vargas assume contornos nacionais, a de Ademar de Barros consagra-se por seu regionalismo. Um outro aspecto a ser ressaltado diz respeito a relação exercida por esses políticos junto às suas respectivas agremiações partidárias. Iniciemos pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Embora este partido tenha se servido da imagem de Vargas para conquistar projeção no sistema partidário, o mesmo fora “originalmente organizado pela máquina estadonovista, principalmente a partir da estrutura sindical corporativa montada nos anos de 1930”

(SCHMITT, 2000: 17). Já o PSP foi criado para ser o partido de Ademar de Barros.

No PSP, a figura de Ademar adquiriu uma conotação de poder inatingível e inabalável, a ponto de a legenda ter ficado conhecida como o “partido de um homem só”. A implacável eficiência organizativa do PSP foi alinhavada, também, por uma dinâmica partidária indubitavelmente monolítica: livre de conflitos internos, tendo em vista a submissão do partido às vontades de seu “chefe supremo”, Ademar de Barros sempre se impôs sem maiores contestações. (AGGIO; BARBOSA; COELHO, 2002: 125)

Conforme tratado neste ensaio, esse segundo elemento de diferença fez-se presente no texto *Que é o ademarismo?* e foi usado pelos ibespianos para construir o fenômeno ademarista como populismo. Diante disto, fica então uma questão em suspenso: e as semelhanças? Salvo o aspecto da autoridade pessoal e ilimitada, reconhecido como elemento comum à Vargas e à Ademar de Barros, todas as demais semelhanças foram silenciadas pelos ibespianos, provocando, assim, um esquecimento necessário para a não vinculação da prática populista à política varguista. Embora esses intelectuais assumam que o ademarismo foi “a consequência de condições econômico-sociais que se vieram formando no Brasil a partir da Revolução de 30” (IBESP, 1954 in SCHWARTZMAN, s/d: 30), eles produziram Vargas como o salvaguardor do nacional-desenvolvimentismo. Nesse sentido, na avaliação ibespiana o governo de Vargas caminharia na direção oposta do populismo de Ademar de Barros. Enquanto este último assumia a forma do atraso, aquele primeiro era inventado como o defensor do moderno.

BIBLIOGRAFIA

AGGIO, Alberto. A emergência de massas na política latino-americana e a teoria do populismo. In: _____; LAHUERTA, Milton (Orgs.). *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 137-164.

AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo de Sousa; COELHO, Hercídia Mara Facuri. *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.

ALMEIDA, Cândido Mendes. Helio Jaguaribe e o nosso humanismo crítico. In: VENANCIO FILHO, Alberto; KLABIN, Israel; BARRETTO, Vicente (Orgs.). *Estudos em homenagem a Helio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 57-66.

BARBOSA FILHO, Rubem. *O populismo: um balanço teórico*. Belo Horizonte: UFMG,

1980.

FERREIRA, Jorge. Introdução; O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____ (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 7-16; p. 59-124.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil – contrates da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 4.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-57.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 31-58, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Que é o ademarismo? *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p.139-149, jan./jun. 1954. In: SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília, DF: UnB; Câmara dos Deputados, s/d. p. 23-30.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Três etapas do comunismo brasileiro. *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 123-138, jan./jun. 1954. In: SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, s/d. p. 9-21.

KWAK, Gabriel. *O trevo e a vassoura*. Os destinos de Jânio Quadros e Adhemar de Barros. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

LIMA, Hermes. Significado do nacionalismo. *Cadernos de Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v.3, n. 4, p. 85-100, abr./ago. 1955. In: SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, s/d. p. 71-82.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Esquerda e escola paulista de sociologia: um itinerário sociológico do conceito de “populismo” no Brasil. *Teoria e Sociedade: Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia da UFMG*, Belo Horizonte, n. 10, p. 60-83, jul./dez. 2002.

OLIVEIRA, Fabiane Costa. *Hélio Jaguaribe: possibilidades e limites de atuação intelectual na política partidária*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2004.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. Introdução. In: _____. *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: UnB; Câmara dos Deputados, s/d. p. 3-6.

VENANCIO FILHO, Alberto. Helio Jaguaribe e os Cadernos do Nosso Tempo. In: _____. KLABIN, Israel; BARRETTO, Vicente (Orgs.). *Estudos em homenagem a Helio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 9-12.